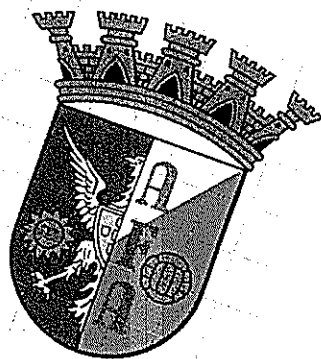


2017

Associação de Futebol de Aveiro



Conselho 2018
de Arbitragem

Regulamento de Arbitragem

Aprovado na
reunião de
Direção do CA
de 18 de julho
de 2017



ÍNDICE

CAPÍTULO I	
DISPOSIÇÕES GERAIS 3	
1º - Designações	
2º - Objeto	
3º - Âmbito de aplicação	
CAPÍTULO II	
ORGANIZAÇÃO DA ARBITRAGEM 3	
TÍTULO I - ESTRUTURA	
4º - Composição	
5º - Administração	
6º - Competências	
7º - Outras competências	
8º - Incompatibilidades	
9º - Presidente do Conselho de Arbitragem	
10º - Comissão de Apoio Técnico	
11º - Comissão de Análise e Recurso	
TÍTULO II - AGENTES	
Subtítulo I - Dos Direitos	
12º - Árbitro	
13º - Observadores	
Subtítulo II - Dos Deveres	
14º - Agente da arbitragem	
15º - Deveres específicos do árbitro	
16º - Deveres específicos do observador	
17º - Incompatibilidade e Impedimento	
Subtítulo III - Do Estatuto	
18º - Regime	
19º - Compensação	
20º - Licenças	
21º - Jubilação	
CAPÍTULO III	
FORMAÇÃO E PROGRESSÃO 8	
TÍTULO I – CURSOS	
22º - Condição de exercício da atividade	
23º - Cursos	
24º - Cursos de árbitros	
25º - Condições de admissão	
26º - Cursos de observadores	
Subtítulo I - Cursos de Formação em Futebol	
27º - Curso de Formação Inicial Nível 1	
28º - Curso de Formação Avançada Nível 2	
Subtítulo II - Cursos de Formação em Futsal	
29º - Curso de Formação Inicial Nível 1	
30º - Curso de Formação Avançada Nível 2	
Subtítulo III - Cursos de Observadores	
31º - Curso de Formação Inicial Nível Obs1	
32º - Curso de Formação Avançada Nível Obs2	
Subtítulo IV - Seminários Específicos	
33º - Seminários	
TÍTULO II - CATEGORIAS	
34º - Dos árbitros	
35º - Dos observadores	
36º - Categoria CJ	
37º - Categoria C5	
38º - Categoria C4	
43º - Categoria C4b	
40º - Categoria C4 AA	
41º - C3 Avançado	
42º - Categoria C3	
43º - Categoria C3b	
44º - Categorias de Observadores	
CAPÍTULO IV	
EXERCÍCIO 11	
TÍTULO I - QUADROS	
45º - Quadro C5 em futebol e futsal	
46º - Quadro C4 em futebol e futsal	
47º - Quadro C4b em futebol e futsal	
48º - Quadro C4 AA	
49º - Quadro C3 em futebol e futsal	
50º - Quadro C3b em futebol e futsal	
51º - Quadro de Observador Distrital	
52º - Quadro de Observador Distrital b	
53º - Limites de idade	
TÍTULO II - CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPAS DE ARBITRAGEM	
54º - Competições distritais de futebol	
55º - Competições distritais de futsal	
56º - Protocolo entre Associações	
57º - Árbitros em mobilidade no âmbito do Ensino Superior	
TÍTULO III - NOMEAÇÕES	
58º - Designação	
59º - Critérios	
60º - Jogos de dificuldade acrescida	
CAPÍTULO V	
CLASSIFICAÇÕES 13	
61º - Exclusividade	
TÍTULO I - DOS ÁRBITROS	
62º - Observação	
63º - Conhecimento dos relatórios	
64º - Reclamação dos relatórios	
CAPÍTULO VI	
NORMAS TRANSITÓRIAS PARA A ÉPOCA 2015/2016 16	
67º - Revogação	
68º - Entrada em vigor	



CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

1º

Designações

1. As siglas ou expressões aqui identificadas têm os significados seguintes:

- a. AFA - Associação de Futebol de Aveiro
- b. FPF - Federação Portuguesa de Futebol
- c. CAAFA - Conselho de Arbitragem da AFA
- d. CA FPF - Conselho de arbitragem FPF
- e. CAT - Comissão de Apoio Técnico
- f. AFATV - Canal de Televisão da AFA
- g. Competições Juniores - Juniores A, B, C, D, E, e F

2. As referências a "distrital" consideram-se igualmente efetuadas a "regional" e a "clube" de igual modo a "sociedade desportiva".

3. A referência a "agente da arbitragem" inclui os árbitros, árbitros assistentes especialistas, observadores, cronometristas, formadores, preparadores físicos e dirigentes e contempla o género masculino e feminino.

2º

Objeto

A gestão da arbitragem, na área da jurisdição da AFA, compete ao CA da AFA, dentro das atribuições fixadas pelo presente regulamento, com os limites estabelecidos nos estatutos da AFA e da FPF.

3º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento aplica-se aos árbitros, árbitros assistentes especialistas, observadores, cronometristas, formadores, técnicos e demais pessoas singulares ou coletivas filiadas na AFA e é ainda aplicável aos campeonatos e provas oficiais e aos jogos e torneios particulares, respetivamente organizados e autorizados pela AFA e pela FPF.

CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO DA ARBITRAGEM

TÍTULO I ESTRUTURA

4º

Composição

1. O CAAFA é composto nos termos dos Estatutos da AFA.

2. Os seus membros são eleitos pela Assembleia Geral da AFA, segundo o estabelecido nos Estatutos e o seu mandato é coincidente com o dos restantes órgãos sociais da Associação.

3. A arbitragem, a nível distrital, é integrada pelos árbitros, árbitros assistentes especialistas, observadores, cronometristas, formadores e técnicos dos quadros da AFA.

5º

Administração

1. O CAAFA é o órgão de tutela e o responsável pela coordenação e administração da atividade da arbitragem no distrito de Aveiro, no âmbito das suas competências e delegações do CA da FPF.

2. O CAAFA encontra-se obrigado à elaboração e apresentação anual de um plano de atividades e orçamento para exercício dos poderes que lhe são conferidos e ao cumprimento das demais normas previstas neste regulamento.

6º

Competências

1. Além das demais previstas nos Estatutos da AFA, compete ao CAAFA:

- a. Assegurar o funcionamento da arbitragem a nível distrital;
- b. Aprovar as normas de gestão administrativa da arbitragem;
- c. Estabelecer os critérios de nomeação e classificação dos árbitros;
- d. Estabelecer os parâmetros de formação do sistema distrital da arbitragem;
- e. Implementar as leis do jogo no domínio específico da arbitragem;
- f. Promover junto dos Sócios Ordinários, árbitros, árbitros assistentes, cronometristas e observadores, a divulgação das leis do jogo, das instruções emanadas pelos organismos nacionais, demais normas que respeitem à arbitragem e dos pareceres técnicos, velando pela sua aplicação;
- g. Interpretar as leis do jogo, sempre que tal lhe for solicitado;
- h. Zelar pela boa aplicação das leis de jogo;
- i. Emitir parecer sobre quaisquer assuntos relativos à arbitragem, sempre que tal for solicitado pelos demais órgãos da AFA;
- j. Elaborar, anualmente, o plano de atividades e o orçamento da arbitragem e submetê-lo à aprovação da Direção da AFA;
- k. Executar o orçamento da arbitragem;
- l. Elaborar, anualmente, os quadros das categorias de árbitros, árbitros assistentes especialistas e observadores e proceder à sua publicação;
- m. Propor à Direção da AFA:
 - l. Os valores a pagar aos árbitros, árbitros assistentes, cronometristas e observadores;



II. As medidas de carácter económico respeitantes à arbitragem distrital;

III. A atribuição de galardões, nos termos do regulamento aplicável;

IV. A lista de candidatos, a árbitros, árbitros assistentes, para indicação à FPF;

V. A lista de observadores, monitores e instrutores candidatos ao estágio/seminário da FPF respetivos;

n. Defender o prestígio da arbitragem, efetuando nomeadamente participações de ordem disciplinar por atos praticados contra a dignidade e honra de agentes da arbitragem ou perturbadores das necessárias condições ao seu exercício;

o. Recorrer para o Conselho Jurisdicional das decisões do Conselho de Disciplina e de qualquer outro órgão da AFA sempre que estejam em causa interesses de arbitragem ou dos agentes da arbitragem em geral;

p. Estabelecer os conteúdos programáticos da formação dos agentes da arbitragem;

q. Promover e administrar, com a colaboração da CAT, a formação dos árbitros, árbitros assistentes, observadores e cronometristas;

r. Organizar e manter atualizadas as fichas de cadastro dos árbitros, árbitros assistentes e observadores;

s. Apreçar e decidir sobre os pedidos de licença e jubilação;

t. Gerir as demais tarefas que lhe estejam atribuídas;

u. Exercer qualquer poder que lhe venha a ser delegado por outro órgão;

v. Decidir os casos omissos.

7º

Outras competências

Além das competências previstas nos Estatutos da AFA e das demais estabelecidas no presente regulamento, o CAAFA tem competência exclusiva para:

1. Estabelecer os critérios de nomeação dos árbitros das competições;

2. Designar os árbitros para os jogos das competições distritais ou no âmbito de delegações que lhe venham a ser conferidas;

3. Designar as equipas de arbitragem para jogos particulares, torneios oficiais seniores ou torneios oficiais jovens;

4. Comunicar aos árbitros as suas nomeações com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas do jogo, podendo, em situações fundamentadas, efetuar a comunicação com prazo inferior;

5. Organizar, com a colaboração da CAT, a preparação das ações respeitantes aos árbitros;

6. Estar presente em todas as ações da responsabilidade do CAAFA em que intervenham os árbitros;

7. Estabelecer, no início de cada época desportiva, os critérios de:

a. Nomeação dos observadores;

b. Classificação dos árbitros e observadores;

c. Preparação técnica e de exercício da atividade dos observadores;

8. Designar os observadores para a observação e avaliação dos árbitros;

9. Receber, controlar e arquivar os relatórios de avaliação técnica, decidindo da sua validade;

10. Classificar a prestação dos árbitros, com base nos relatórios de avaliação técnica efetuados para o efeito pelos observadores e testes físicos e escritos.

11. Garantir a confidencialidade da classificação e dos relatórios, sem prejuízo do disposto nos números seguintes;

12. Facultar à CAT a consulta dos relatórios respetivos;

13. Dar conhecimento individual aos árbitros dos relatórios técnicos respetivos, no prazo máximo de 12 (doze) dias úteis após o jogo;

14. Comunicar aos observadores as suas nomeações com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do jogo podendo, em situações fundamentadas, efetuar a comunicação com prazo inferior;

15. Organizar, com a colaboração da CAT, a preparação das ações respeitantes aos observadores.

16. Estar presente em todas as ações da responsabilidade do CAAFA em que intervenham observadores.

8º

Incompatibilidades

1. O titular do CAAFA não pode:

a. Realizar negócios com a AFA, FPF, LPFP, Associações, clubes ou outras pessoas coletivas naquelas filiados;

b. Exercer qualquer outra atividade para as entidades referidas na alínea anterior;

c. Ser gerente ou administrador de empresas que realizem negócios com as entidades referidas na alínea a) ou deter naquelas empresas participação social superior a 10% do capital;

d. Desempenhar quaisquer funções em empresas nas quais dirigente de clube ou sociedade desportiva detenha posição relevante, nomeadamente por aí exercer funções de gerência ou administração;

e. Exercer a atividade de jornalista, colunista ou comentador em órgão de comunicação social, sobre matérias relacionadas com o setor da arbitragem;



f. Intervir ou participar em qualquer fase ou tomada de decisão ou emissão de parecer em caso de conflito de interesses, devendo comunicar desde logo, por escrito, o seu impedimento ao Presidente do CAAFA.

2. Para efeitos de cálculo da percentagem referida na alínea c) do número anterior, considera-se o capital titulado pelo visado, seu cônjuge, ascendente ou descendente até ao terceiro grau.

3. Aquele que se encontre em situação de incompatibilidade deve declarar o seu impedimento ou renunciar às respetivas funções no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da ocorrência do facto que determinou a incompatibilidade.

4. A declaração de impedimento ou de renúncia deve conter o facto que fundamenta a incompatibilidade.

9º

Presidente do Conselho de Arbitragem

1. Ao Presidente do CAAFA compete especialmente:
 - a. Coordenar a atividade do setor da arbitragem;
 - b. Representar a arbitragem junto das organizações distritais e nacionais;
 - c. Elaborar um relatório da atividade da arbitragem, que é integrado no relatório anual da AFA;
 - d. Cumprir e fazer cumprir o orçamento que, anualmente, lhe é atribuído;
 - e. Convocar e presidir às reuniões do CAAFA.
2. O presidente será substituído pelo vice-presidente nas faltas ou impedimentos daquele às reuniões do CA AFA, e, faltando também aquele, assume a presidência o secretário.

10º

Comissão de Apoio Técnico

A CAT é anualmente constituída por proposta do CAAFA e é composta por secções específicas para o futebol, futsal e futebol de praia, atuando sob coordenação do CAAFA e competindo-lhe:

1. Desenvolver a preparação técnica, física e mental dos árbitros e observadores;
2. Desenvolver o plano distrital de formação e progressão da carreira de árbitro, cronometrista e observador;
3. Executar programas de acolhimento, integração, formação e aperfeiçoamento dos árbitros e observadores;
4. Promover e organizar ações de formação e reciclagem;
5. Determinar os módulos e as matérias de aprendizagem e avaliação dos agentes da arbitragem, em colaboração com o CA da FPF;

11º

Comissão de Análise e Recurso

1. A Comissão de Análise e Recurso é anualmente constituída por proposta do CAAFA e é composta por secções específicas para o futebol, futsal e futebol de praia.

2. A Comissão de Análise e Recurso, a pedido do CA AFA, é responsável por emitir pareceres técnicos e elaborar propostas de decisão às reclamações apresentadas.

TÍTULO II

AGENTES

Subtítulo I Dos Direitos

12º

Árbitro

O árbitro tem direito, nos termos da regulamentação aplicável, a:

1. Receber formação adequada ao exercício da sua função;
2. Gozar de independência técnica no exercício da sua atividade;
3. Exercer os poderes que lhe são conferidos pelas Leis do Jogo, desde a sua entrada nas instalações desportivas até à sua saída;
4. Receber as cópias dos relatórios técnicos dos jogos em que tenha participado;
5. Receber a chave de correção dos testes escritos ou cópias destes após classificação;
6. Reclamar dos relatórios e classificações obtidas;
7. Ser promovido;
8. Auferir as importâncias estabelecidas pela AFA e/ou FPF;
9. Solicitar pareceres sobre as leis de jogo e regulamentos ao CA AFA;
10. Beneficiar de um seguro de acidentes pessoais que cubra os riscos de morte, invalidez permanente, despesas de tratamento e incapacidade temporária, resultante de acidente ou lesão no exercício ou por causa das suas funções;
11. Recorrer para o Conselho Jurisdicional das decisões que afetem os seus interesses;
12. Obstar à utilização pública ilícita da sua imagem para fins de exploração comercial;
13. Requerer licença, reingresso na carreira e jubilação;
14. Assistir gratuitamente a jogos da AFA;
15. Ser eleito para cargos ou funções em entidades associativas da sua classe.



13º

Observadores

São direitos do observador, nos termos da regulamentação aplicável:

1. Gozar de independência técnica no exercício da sua função;
2. Receber as importâncias estabelecidas pelos órgãos competentes;
3. Receber a chave de correção dos testes escritos (teórico e prático) ou cópias destes após classificação;
4. Recorrer para o Conselho Jurisdicional, das decisões que afetem os seus interesses;
5. Solicitar dispensa de exercício de atividade por período que não exceda o final de cada época;
6. Requerer licença, reingresso na carreira e jubilação;
7. Ser beneficiário de um seguro de acidentes pessoais que cubra os riscos de morte, invalidez permanente, despesas de tratamento e incapacidade temporária, resultantes de acidente no exercício ou por causa das suas funções;
8. Assistir gratuitamente a jogos da AFA;
9. Solicitar pareceres sobre as leis do jogo e regulamentos ao CAAFA.

Subtítulo II

Dos Deveres

14º

Agente da arbitragem

1. São deveres do agente da arbitragem:
 - a. Aceitar as nomeações para que esteja designado;
 - b. Comparecer aos jogos para os quais seja nomeado;
 - c. Justificar a sua não comparência ao CAAFA, logo que tenha conhecimento do facto impeditivo;
 - d. Proceder com correção e urbanidade no exercício das suas funções e fora delas;
 - e. Manter uma conduta conforme os princípios desportivos de lealdade, probidade, verdade e retidão nos jogos e nas relações de natureza desportiva, económica e social e bom entendimento com todos os órgãos da hierarquia desportiva, clubes, dirigentes, treinadores e demais agentes desportivos;
 - f. Comparecer para depor em inquéritos, processos disciplinares ou protestos sempre que notificado;
 - g. Não emitir declarações ou opiniões públicas, em qualquer local e sem autorização prévia, sobre matérias de natureza técnica ou disciplinar relativas ao sistema específico da arbitragem e a qualquer jogo;

h. Abster-se da prática de atos na sua vida pública ou que nela se possam repercutir que se revelem incompatíveis com a dignidade e probidade no exercício das suas funções;

i. Cumprir as normas e regulamentos em vigor;

j. Guardar confidencialidade dos relatórios dos observadores;

k. Entregar ao CAAFA o cartão concedido, quando aplicada pena de suspensão ou requerida licença ou jubilação.

l. Demitir-se de quaisquer comentários nas redes sociais da internet em relação a matérias que digam respeito à arbitragem, a quaisquer competições da AFA ou aos clubes nelas envolvidos.

m. Abster-se da prática de atos na sua vida pública ou que nela se possam repercutir que se revelem incompatíveis com a dignidade, incluindo apostas desportivas, e probidade no exercício das suas funções;

2. São ainda deveres do árbitro, árbitro assistente, terceiro árbitro e quarto árbitro assinar o boletim do jogo, a nele registar qualquer discordância quanto ao seu conteúdo e a comunicar esse facto, por escrito, ao órgão que o tiver nomeado.

15º

Deveres específicos do árbitro

1. São deveres específicos do árbitro e árbitro assistente:

a. Comparecer nas instalações desportivas, com a antecedência exigível, para verificação das condições regulamentares do recinto de jogo, sendo, no caso da categoria sénior, de uma hora nas competições organizadas pela AFA;

b. Diligenciar no sentido de suprir as deficiências encontradas no recinto de jogo;

c. Inscrever no boletim de jogo os factos a que se refere a alínea anterior;

d. Apresentar-se em campo com o equipamento oficialmente aprovado;

e. Iniciar o jogo à hora marcada;

f. Concluir o jogo para o qual tenha sido nomeado;

g. Assegurar o interesse comum de realização do jogo;

h. Participar em todas as ações de formação, aperfeiçoamento e avaliação, bem como a todos os testes ou provas físicas para que tenham sido convocados.

2. São deveres específicos do árbitro, para além dos referidos no artigo anterior:

a. Cumprir e fazer cumprir as leis do jogo e os regulamentos federativos;

b. Verificar o cumprimento pela sua equipa da comparência ao jogo com a antecedência exigível e reportar o seu incumprimento;



c. Inscrever no relatório de jogo os motivos justificativos do não início ou não conclusão do jogo para o qual seja nomeado;

d. Elaborar o boletim do jogo mencionando os incidentes ocorridos antes, durante ou após o jogo bem como os comportamentos imputados aos jogadores, treinadores, médicos, massagistas, dirigentes e demais agentes desportivos, bem como os factos que constituam fundamento para a aplicação de sanções disciplinares;

e. Enviar o boletim do jogo à AFA ou FPF, nos termos definidos pelos respetivos conselhos de arbitragem;

f. Fazer constar de relatório complementar os factos suscetíveis de serem incluídos no boletim de jogo, de que tenha tomado conhecimento após o preenchimento daquele;

g. Enviar o relatório complementar à AFA ou FPF, nos termos definidos pelos respetivos conselhos de arbitragem.

h. Recusar a direção de qualquer jogo não iniciado ou dado por findo, por outro árbitro, salvo nos casos regulamentarmente previstos;

i. Recusar a participação em jogos não oficiais, exceto se tiver sido previamente autorizado pelo CA AFA.

j. Realizar anualmente um exame médico-desportivo e informar o CA AFA da data da sua realização e seu resultado;

k. Realizar testes físicos e técnicos, sempre que para tal seja convocado;

l. Participar em reuniões, conferências ou cursos, diligências ou outros eventos.

m. Identificação da equipa de arbitragem.

16º

Deveres específicos do observador

São deveres específicos do observador:

1. Usar de todos os meios proporcionados para aperfeiçoar os seus próprios conhecimentos das leis de jogo e dos regulamentos;

2. Elaborar os relatórios de apreciação técnica sobre as atuações dos árbitros e dos árbitros assistentes.

3. Cumprir os prazos estabelecidos para o envio ao órgão competente do relatório técnico de observação, nos jogos para que seja designado;

4. Garantir a confidencialidade dos relatórios técnicos, sem prejuízo do disposto no número anterior;

5. Prestar ao CA AFA todos os esclarecimentos necessários à boa compreensão e fundamentação do teor dos relatórios técnicos;

6. Ter capacidade de:

a. Analisar e avaliar objetivamente o desempenho da equipa de arbitragem;

b. Analisar os pontos fortes e áreas de desenvolvimento do desempenho da equipa de arbitragem;

c. Motivar a equipa de arbitragem.

17º

Incompatibilidade e Impedimento

1. Aos agentes de arbitragem é igualmente aplicável o regime estabelecido no artigo 8º do presente regulamento.

2. Os observadores não podem pertencer cumulativamente a qualquer Comissão de Análise e Recurso.

3. Os observadores encontram-se igualmente impedidos de exercer as suas funções nas competições distritais, sempre que em qualquer uma delas intervenha um árbitro ou árbitro assistente que com ele tenha relação de parentesco em linha reta ou até ao terceiro grau da linha colateral.

4. A causa de incompatibilidade referida no número anterior é verificada no início de cada época, ficando os observadores e/ou elementos da CAT em causa suspensos da sua atividade durante a época desportiva em que se tenha verificado o impedimento, devendo para o efeito cumprir com o disposto no artigo 8º, n.ºs 3 e 4 deste regulamento.

Subtítulo III

Do Estatuto

18º

Regime

Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, os árbitros, árbitros assistentes, observadores e formadores exercem a sua atividade desportiva na qualidade de agentes desportivos amadores.

19º

Compensação

Os árbitros, árbitros assistentes, terceiros árbitros, observadores e crónometristas têm direito a auferir os valores estipulados pela AFA e ou pela FPF.

20º

Licenças

1. Os árbitros, árbitros assistentes e observadores têm direito à concessão de licença em casos devidamente justificados e desde que, à data do requerimento, não tenham pendente qualquer processo disciplinar.

2. A licença concedida pode ser temporária ou de longa duração.



3. É considerada licença temporária a que medeia período superior a 30 (trinta) dias e inferior a uma época desportiva.

4. É considerada licença de longa duração a que tenha período superior ao referido no número anterior e inferior a 2 (duas) épocas desportivas.

5. A licença de longa duração pode exceder o período referido no número anterior em caso de ausência do país se o seu beneficiário se tiver mantido em atividade.

6. A reintegração posterior a uma licença de longa duração pode ter lugar no início da época desportiva seguinte, desde que o requerimento seja efetuado até 30 (trinta) dias do final da época e o interessado cumpra as normas regulamentares estabelecidas.

7. O requerente ocupa a primeira vaga que ocorrer em consequência de jubilação.

8. A atribuição das licenças temporária e de longa duração e a decisão de reintegração compete ao Conselho de Arbitragem com jurisdição sobre a categoria a que o requerente pertença.

9. Da concessão e do termo da licença é dado conhecimento ao CAAFA.

21º

Jubilação

1. Tem direito a jubilar-se o árbitro, árbitro assistente e observador que o requeira e preencha um dos seguintes requisitos:

a. Atinja o limite de idade para permanência na respetiva categoria;

b. Tenha exercido a atividade durante 12 (doze) épocas seguidas ou 15 (quinze) alternadas e não tenha sofrido pena de suspensão que exceda o total de 60 (sessenta) dias;

c. Tenha sido considerado incapaz para a prática da atividade por entidade clínica competente.

2. A jubilação é concedida na categoria detida à data do requerimento.

3. Os árbitros, árbitros assistentes e cronometristas jubilados têm direito a um cartão vitalício de livre ingresso aos jogos para os quais se encontravam habilitados aquando do pedido da jubilação.

4. As vagas resultantes de jubilação ocorrida até 31 de dezembro da época da jubilação são preenchidas pelo melhor classificado não promovido do estágio curricular, seminário ou curso de acesso à respetiva categoria.

5. O pedido de jubilação não suspende o processo classificativo se o árbitro ou árbitro assistente especialista já tiver elementos classificativos, nomeadamente os jogos mínimos previstos nas normas de classificação.

CAPÍTULO III FORMAÇÃO E PROGRESSÃO TÍTULO I CURSOS

22º

Condição de exercício da atividade

Pode exercer a atividade de árbitro ou observador quem obtenha qualificação necessária para o efeito, por conclusão, aproveitamento e classificação bastante nos cursos ministrados pelo CAAFA em coordenação com a Academia de Arbitragem da FPF.

23º

Cursos

1. Para o exercício da atividade de árbitro é realizado o Curso de Formação Inicial Nível 1 de futebol e Nível 1 de futsal.

2. Para o exercício da atividade de observador é realizado o Curso de Formação Inicial para observadores Nível Obs1 de futebol e Nível Obs1 de futsal.

24º

Cursos de árbitros

1. Os cursos de Formação Inicial Nível 1, de futebol e futsal, são realizados pelo CAAFA, sob a orientação e supervisão da Academia de Arbitragem.

2. Os cursos referidos compreendem duas fases de formação: uma fase teórico-prática e um estágio curricular.

3. A não conclusão dos estágios curriculares no decurso de uma época desportiva importa o reinício do curso respetivo.

4. Cabe ao CA FPF em colaboração com a Academia de Arbitragem definir os módulos e as matérias a lecionar, de modo a que a arbitragem possa ser desempenhada de modo uniforme, competente e responsável.

5. Nos cursos de Formação Inicial Nível 1 é permitido que um árbitro realize a parte teórico-prática numa Associação e o estágio curricular numa Associação distinta.

6. Em casos devidamente justificados, nomeadamente resultantes do início tardio do curso, é permitido que, nos cursos de Formação Inicial Nível 1, o árbitro conclua a parte teórico-prática numa época e realize estágio curricular na época imediatamente seguinte.

25º

Condições de admissão

1. É admitido ao Estágio Inicial Nível 1 o(a) candidato(a) que preencha os seguintes requisitos:



- a. Seja nacional de um país comunitário ou beneficie do estatuto de dupla nacionalidade;
- b. Tenha idade de integração na categoria CJ, seja menor emancipado ou maior até à idade máxima de 32 (trinta e dois) anos;
- c. Resida, estude ou tenha atividade profissional na área do distrito de Aveiro;
- d. Não sofra de incapacidade civil, interdição ou inabilitação;
- e. Não tenha sido condenado a pena de prisão efetiva, por sentença com trânsito em julgado;
- f. Não tenha sofrido sanção disciplinar, em qualquer modalidade desportiva, com pena igual ou superior a noventa dias de suspensão;
- g. Não seja portador de doença ou defeito físico incompatível com a prática da arbitragem;
- h. Tenha o mínimo de 1,65m de altura, no caso dos homens, e 1,55m, no caso das mulheres, salvo tratando-se de candidato (a) à categoria CJ;
- i. Tenha habilitação literária mínima nacional ou equivalente ou, sendo candidato(a) à categoria CJ, habilitação literária mínima correspondente à sua idade;
- j. Não se encontre numa situação de incompatibilidade nos termos do art. 8º do presente regulamento.

2. O CA AFA pode admitir a inscrição de candidato(a) que:

- a. Tenha a idade máxima de 36 (trinta e seis) anos, no caso de ter sido praticante de futebol ou futsal e disputado campeonatos oficiais de seniores durante, pelo menos, 5 (cinco) épocas desportivas;
- b. Possua, pelo menos, o 9º ano do ensino básico e comprove conhecimento equivalente à habilitação estabelecida na alínea i) do número anterior.
- c. O pedido de inscrição é apresentado ao CAAFA, com a indicação dos elementos considerados indispensáveis para a mesma.
- d. O(a) requerente que reúna os requisitos dos artigos anteriores deve submeter-se a exame médico.
- e. Quando a candidatura seja aprovada, deve o(a) candidato(a) apresentar os seguintes documentos:
 - I. Certificado de habilitações literárias;
 - II. Certificado de Registo Criminal;
 - III. Bilhete de identidade, cartão de cidadão, passaporte ou certidão de registo de nascimento;
 - IV. Cartão de contribuinte, quando não for apresentado o cartão de cidadão.

26º

Cursos de observadores

1. O curso de Formação Inicial para observadores Nível Obs1 é organizado pelo CAAFA sob a orientação e supervisão da Academia de Arbitragem.
2. Cabe ao CA AFA em colaboração com a Academia de Arbitragem definir os módulos e as

matérias a lecionar, de modo a que a avaliação possa ser desempenhada de forma uniforme, competente e responsável.

Subtítulo I

Cursos de Formação em Futebol

27º

Curso de Formação Inicial Nível 1

1. A fase teórico-prática do curso de Estágio Curricular Inicial 1 (ECI1) tem a duração de 40 (quarenta) horas e o estágio curricular a duração de 100 (cem) horas durante as quais o(a) estagiário(a) realiza, pelo menos, 15 (quinze) jogos como árbitro(a) ou árbitro(a) assistente das competições distritais seniores da divisão inferior ou das competições juniores.

2. O aproveitamento na fase teórico-prática é condição de admissão para o estágio curricular.

28º

Curso de Formação Avançada Nível 2

Os candidatos são indicados pelo CA AFA, de acordo com as normas do CA FPF.

Subtítulo II

Cursos de Formação em Futsal

29º

Curso de Formação Inicial Nível 1

1. A fase teórico-prática do curso de Formação Inicial Nível 1 de futsal, tem a duração de 40 (quarenta) horas e o estágio curricular a duração de 60 (sessenta) horas durante as quais o(a) estagiário(a) realiza, pelo menos, 10 (dez) jogos como primeiro ou segundo árbitro(a) das competições distritais.

2. O aproveitamento na fase teórico-prática é condição de admissão para o estágio curricular inicial.

30º

Curso de Formação Inicial Nível 2

Os candidatos são indicados pelo CA AFA, de acordo com as normas do CA FPF.

Subtítulo III

Cursos de Observadores

31º

Curso de Formação Inicial Nível Obs1

1. O Curso de Formação Inicial para observadores Nível Obs1 é constituído de uma fase teórico-prática



de 15 (quinze) horas e de um estágio curricular de 15 (quinze) horas.

2. Pode frequentar o Curso de Formação Inicial para observadores Nível Obs1 o árbitro, dirigente de Conselho de Arbitragem e membro da Comissão de Análise e Recurso, que preencham os seguintes requisitos:

a. Tenha idade inferior a 65 (sessenta e cinco) anos;

b. Tenha exercido as respetivas funções durante, pelo menos, 5 (cinco) anos;

c. Não exerça qualquer outra função ou atividade como agente desportivo nas modalidades de futebol, futsal e futebol de praia, e em especial na arbitragem.

d. Não tenha sido condenado a pena de prisão efetiva, por sentença com trânsito em julgado.

e. Não se encontre numa situação de incompatibilidade, nos termos do Art.º 17º do presente regulamento.

32º

Curso de Formação Avançada Nível Obs 2

1. Compete ao CA AFA a indicação de 1 (um) observador ObsC2 para frequência no Curso de Formação Avançada para observadores Nível Obs2.

2. Só pode frequentar o Curso de Formação Avançada de Nível Obs2 quem tenha exercido a função de árbitro ou árbitro assistente.

Subtítulo IV

Seminários Específicos

33º Seminários

Pode frequentar o Seminário Específico de Futebol Feminino a melhor classificada com a categoria C3, na segunda época desportiva ao serviço da AFA.

TÍTULO II CATEGORIAS

34º

Dos árbitros

1. O árbitro de futebol integra as categorias CJ, C5, C4, C4b, C4AA, C3 ou C3b no âmbito das competições distritais.

2. A árbitra de futebol integra as categorias CJ, C4 ou C3 no âmbito das competições distritais.

3. O árbitro de futsal integra as categorias CJ, C5, C4B, C3 ou C3b no âmbito das competições distritais.

4. O árbitro de futebol de praia integra a categoria C2 no âmbito das competições distritais.

35º

Dos observadores

1. O observador integra a categoria de Observador Distrital no âmbito das competições distritais.

2. O observador em futebol de praia integra a categoria de Observador Distrital no âmbito de quaisquer competições.

3. Os observadores do quadro de Observador Nacional podem colaborar com o CAAFA.

36º

Categoria CJ

1. A categoria CJ é conferida aos candidatos a frequentarem o estágio curricular inicial nível 1 (ECI1) e aos árbitros com idade inferior a 18 anos.

2. A categoria CJ é subdividida em CJ1 para os candidatos que tiverem entre os 14 e os 15 anos de idade e CJ2 para os candidatos com idade compreendida entre os 16 e os 17 anos.

3. O árbitro de futebol da categoria CJ1 ou CJ2 que tiver arbitrado durante 2 (duas) ou mais épocas numa destas categorias e participado em, pelo menos, 10 (dez) jogos na qualidade de árbitro de escalões de juniores e 15 (quinze) jogos na qualidade de árbitro assistente nas competições distritais seniores adquire a categoria C5 ao atingir os 18 anos de idade.

4. O árbitro de futsal de categoria CJ1 ou CJ2 que tiver arbitrado durante 2 (duas) ou mais épocas numa destas categorias e participado em, pelo menos, 15 (quinze) jogos na qualidade de primeiro ou segundo árbitro de escalões de juniores adquire a categoria de C5 ao atingir os 18 anos de idade.

5. É permitido aos árbitros da categoria CJ acumular com a atividade de jogador, podendo atuar, enquanto árbitro, em escalões etários inferiores ao seu.

37º

Categoria C5

1. O candidato a frequentar o Estágio Curricular Inicial Nível 1 tem a designação de Estagiário Nível 1 (EC1).

2. A categoria C5 é conferida na primeira época desportiva nessa categoria ao candidato(a) que tenha obtido nota positiva no estágio curricular dos Cursos de Formação Inicial Nível 1 e idade igual ou superior a 18 anos.

3. A categoria C5 habilita o seu titular a participar em competições distritais com exceção das duas divisões seniores masculinas mais elevadas.



38º

Categoria C4

1. A categoria C4 é conferida ao árbitro que, tendo pelo menos uma época na categoria C5, preencha os requisitos de promoção à categoria superior.
2. A categoria C4 habilita o seu titular a participar em competições distritais.

39º

Categoria C4b

1. A Categoria C4b é conferida ao árbitro que, tendo pelo menos uma época na categoria C5, não preencha os requisitos de promoção à categoria superior.
2. A categoria C4b habilita o seu titular a participar em competições distritais.

40º

Categoria C4 AA

1. A categoria C4 AA é conferida aos árbitros que integrem equipas de arbitragem como árbitros assistentes, e pelos que não integrem qualquer equipa, desde que tenham cumprido o equivalente à categoria C5.
2. Os árbitros da categoria C4 AA passam a integrar o quadro de C4 ou C4b, conforme os casos, na época em que constituírem equipa.

41º

C3 Avançado

A categoria C3 Avançado é definida de acordo com as normas do CA FPF.

42º

Categoria C3

1. A categoria C3 é conferida ao árbitro que, tendo pelo menos uma época na categoria C4, preencha os requisitos de promoção à categoria superior.
2. A categoria C3 habilita o seu titular a participar em competições distritais, devendo participar nas competições de seniores da divisão mais alta.

43º

Categoria C3b

1. A categoria C3b é conferida ao árbitro da categoria C3 que não preencha os requisitos de promoção à categoria superior.
2. A categoria C3b habilita o seu titular a participar em competições distritais.

44º

Categorias de Observadores

1. É atribuída a categoria de observador distrital a quem tenha obtido aproveitamento no curso de Formação Inicial para observadores Nível Obs1.
2. A categoria de observador distrital divide-se nas subcategorias Distrital e Distrital B, nos termos dos artigos 53º e 54º deste regulamento.
3. São indicadas para o curso de formação avançada para Observador Nacional um número de elementos, de acordo com as normas emitidas pelo CA FPF.

CAPÍTULO IV

EXERCÍCIO

TÍTULO I

QUADROS

45º

Quadro C5 em futebol e futsal

1. O quadro C5 será composto pelos árbitros que tenham obtido nota positiva no estágio curricular dos Cursos de Formação Inicial Nível 1 e idade igual ou superior a 18 anos.
2. Os árbitros da categoria C5 são promovidos à categoria C4 ou C4AA, desde cumpram os requisitos de promoção.

46º

Quadro C4 em futebol e futsal

1. O quadro C4 em futebol e futsal será composto pelos árbitros que, tendo cumprido pelo menos uma época na categoria C5, preencham os requisitos de promoção à categoria superior.
2. Os árbitros da categoria C4 são promovidos à categoria C3 desde cumpram os requisitos de promoção.
3. É promovido à categoria C3 ou C3b, conforme os casos, o primeiro classificado da categoria C4, mais os árbitros que se classificarem nos lugares seguintes, até perfazer o número definido para o quadro de C3.

47º

Quadro C4b em futebol e futsal

1. O quadro C4b em futebol e futsal será composto pelos árbitros que, tendo pelo menos uma época na categoria C5, não preencham os requisitos de promoção à categoria superior.
2. É promovido à categoria C3b o primeiro classificado da categoria C4b.



48º

Quadro C4 AA

O quadro C4 AA será composto pelos árbitros que integrem equipas de arbitragem como árbitros assistentes, e pelos que não integrem qualquer equipa, desde que tenham atuado na categoria C5.

49º

Quadro C3 em futebol e futsal

1. O quadro C3 em futebol e futsal será composto por, no máximo, 20 árbitros, mais as árbitras da mesma categoria que integrem o quadro CF da FPF, e que reúnam os requisitos para serem indicados ao curso de formação avançada de nível 2.

2. São despromovido às categorias C4 ou C4B, conforme os casos, os dois últimos classificados.

50º

Quadro C3b em futebol e futsal

1. O quadro C3b em futebol e futsal será composto pelos árbitros da categoria C3 que não preencham os requisitos de promoção à categoria superior.

2. É despromovido à categoria C4B o último classificado.

51º

Quadro de Observador Distrital

1. O Quadro de Observador Distrital será composto pelos observadores que reúnam os requisitos para serem indicados ao curso de formação avançada para observador nacional.

2. O quadro será composto pelo número de observadores a definir pelo CA AFA, conforme as necessidades dos quadros competitivos.

52º

Quadro de Observador Distrital B

O Quadro de Observador Distrital b será composto pelos observadores que integrem pela primeira vez a categoria Observador Distrital.

53º

Limites de idade

1. Os árbitros de categoria C3 futebol podem ser promovidos à categoria C2 até aos 35 (trinta e cinco) anos de idade.

2. Os árbitros de categoria C3 futsal podem ser promovidos à categoria C2 até aos 35 (trinta e cinco) anos de idade.

3. O árbitro da categoria C4 e C3 pode exercer a sua atividade até aos 48 (quarenta e oito) anos de idade.

4. O cronometrista pode exercer a sua atividade até aos 60 (sessenta) anos de idade.

5. O observador pode exercer a sua atividade até aos 70 (setenta) anos de idade.

6. O CAAFA pode autorizar os árbitros dos quadros distritais a permanecerem em atividade no âmbito das competições por si organizadas após a idade limite para exercício, desde que os interessados se encontrem em boas condições físicas para o efeito e demonstrem deter as capacidades técnicas necessárias.

7. Os limites de idade referidos são aferidos ao dia 30 de junho da época de promoção e não obstatam à conclusão da época desportiva em curso, pelo seu titular.

TÍTULO II

**CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPAS
DE ARBITRAGEM**

54º

Competições distritais de futebol

1. As equipas de arbitragem da divisão superior distrital integram 1 (um) árbitro da categoria C3 e 2 (dois) árbitros assistentes das categorias C4 AA, C4 e C5, podendo incluir mais dois árbitros assistentes desde que estes sejam da categoria CJ ou em estágio curricular de Nível 1/estagiários.

2. As equipas de arbitragem dos quadros nacionais, no âmbito das competições distritais, podem incluir um terceiro árbitro assistente desde que este seja das categorias C5, CJ ou em estágio curricular de Nível 1/estagiário.

3. O CA AFA pode nomear 1 (um) quarto árbitro de qualquer categoria sempre que entenda necessário.

55º

Competições distritais de futsal

1. As equipas de arbitragem da divisão superior distrital são constituídas por 2 (dois) árbitros da categoria C3 ou C4 e 1 (um) de C5, CJ ou em estágio curricular de Nível 1/estagiário.

2. As equipas de arbitragem dos quadros nacionais, no âmbito das competições distritais, podem incluir árbitros de categoria C3, C4, C5, CJ ou em estágio curricular de Nível 1/estagiário.

3. O Conselho de Arbitragem pode nomear 1 (um) terceiro árbitro de qualquer categoria sempre que entenda necessário.



56º

Protocolo entre Associações

A AFA pode celebrar protocolos com outras Associações destinados a permitir que árbitros e observadores filiados na AFA intervenham em jogos de Associações congéneres, devendo a cópia do protocolo ser remetida aos serviços do departamento de arbitragem da FPF.

57º

**Árbitros em mobilidade
no âmbito do Ensino Superior**

1. O árbitro estrangeiro que se encontre em Portugal por um período não inferior a 3 (três) meses, na sequência de programas de mobilidade no âmbito do ensino superior, pode participar nas competições distritais desde que o CA FPF, verificando a inexistência de situação grave e inconveniente, assim o delibere indicando as competições em que o interessado pode atuar.

2. O requerimento ao CA FPF é instruído:

a. De documento da federação de origem comprovativo do nível em que o interessado se encontra autorizado a arbitrar nesse país e,

b. Comprovativo da detenção das condições para atuar no país de origem.

incurrido numa das seguintes situações, por si comprovadas oficiosamente ou mediante denúncia apresentada por clube interveniente no jogo em causa:

a. Tenha cometido grave erro técnico, devidamente comprovado, podendo haver recurso a meios audiovisuais quando se trate de questões com implicação de natureza disciplinar;

b. Tenha cometido sucessivos erros técnicos e/ou disciplinares, mesmo que não constantes do relatório do observador;

c. Apresente deficiente condição física, devidamente verificada através do relatório do observador ou de teste realizado para o efeito;

d. Tenha posto em causa, por qualquer forma, designadamente através de declarações públicas, a estabilidade, isenção e dignidade da arbitragem globalmente considerada, bem como dos seus órgãos hierarquicamente superiores;

e. Tenha violado, culposamente, as obrigações constantes da alínea g) do n.º 1 do art. 14º e alínea h) do n.º 1 do Art.º 15º;

f. Tenha sido denunciada violação grave dos seus deveres, pelo CAAFA.

3. A denúncia de violação de deveres efetuada por clubes não prejudica a designação de um árbitro ou árbitro assistente, salvo quando o Conselho de Disciplina ordene a sua suspensão preventiva.

**TÍTULO III
NOMEAÇÕES**

58º

Designação

1. Os árbitros e árbitros assistentes que se encontrem disponíveis são designados para os jogos das competições organizadas pela AFA.

2. O CAAFA pode nomear árbitros para os jogos das competições juniores nacionais, por delegação do CA FPF.

3. Nenhum árbitro ou árbitro assistente pode deixar de ser designado em razão da sua filiação distrital ou preferência clubista.

59º

Critérios

1. A designação de árbitro e árbitro assistente pelo CAAFA obedece aos seguintes critérios:

a. Classificação obtida na época anterior;

b. Avaliação de desempenho na época em curso;

c. Grau de dificuldade do jogo em causa;

2. O CA AFA pode retirar temporariamente das designações o árbitro ou árbitro assistente que haja

60º

Jogos de dificuldade acrescida

O grau de dificuldade dos jogos é aferido pela consideração de quaisquer factos considerados relevantes ocorridos em momento anterior à data da designação e ainda pela ponderação conjugada dos seguintes fatores:

1. Posição ocupada na tabela classificativa pelos Clubes intervenientes;

2. Rivalidade existente entre os Clubes intervenientes;

3. Jogos televisionados pela AFATV.

**CAPÍTULO V
CLASSIFICAÇÕES**

61º

Exclusividade

O CAAFA estabelece as normas de classificação para árbitros, árbitros assistentes e observadores e procede à sua publicação em Comunicado Oficial até ao início das competições a que as mesmas digam respeito.



TÍTULO I
Dos árbitros

62º
Observação

1. Os árbitros e árbitros assistentes podem ser observados com caráter classificativo em quaisquer jogos das competições distritais.

2. Excetua-se do número anterior os jogos da final da Taça Distrito de Aveiro e da Supertaça Distrital.

3. Após a realização do jogo o observador pode reunir com a equipa de arbitragem, fora das instalações desportivas, para discussão construtiva dos aspetos técnicos a melhorar, esclarecimento de incidentes que tenham ocorrido no jogo e demais a constar do relatório de observação técnica, com exceção do valor quantitativo da avaliação realizada nas condições a definir pelo CA AFA no início das competições.

63º
Conhecimento dos relatórios

O árbitro e árbitro assistente toma conhecimento, individual, dos relatórios dos observadores relativos aos jogos em que participe, no prazo máximo de 12 (doze) dias úteis contados da sua realização, encontrando-se obrigado a deles guardar confidencialidade.

64º
Reclamação dos relatórios

1. O árbitro e árbitro assistente que discorde dos relatórios pode, no prazo máximo de 3 (três) dias

úteis contados da sua disponibilização, dele reclamar para o CAAFA, que decide após submeter a parecer da Comissão de Análise e Recurso.

2. São admissíveis reclamações com base nos erros de preenchimento do relatório, tendo em conta os critérios e limites de notas previstas nas diretivas em vigor, assim como os vídeos dos jogos, desde que sejam apresentados na íntegra, sem qualquer corte.

3. No caso de haver mais do que uma reclamação sem provimento na mesma época desportiva, a segunda e subsequentes serão objeto de penalização de acordo com as normas de classificação definidas para a época em causa.

CAPÍTULO VI
NORMAS TRANSITÓRIAS
PARA A ÉPOCA 20017 / 2018

65º
Revogação

1. É revogado o regulamento de arbitragem aprovado em 19 de julho de 2016.

66º
Entrada em vigor

1. O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pela Direção do CA.